

PREFÁCIO

A equipe editorial da revista Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito, publicação do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGDir. /UFRGS) tem a satisfação de apresentar à comunidade acadêmica sua publicação do volume 19, de número especial, com produções de pesquisadores e pesquisadoras do Centro Ibero-Americano de Derechos de La Niñez (CIDENI).

Temos o prazer de contar, nesta edição, com Apresentação da Profa. Dra. Ana Paula Motta Costa, Professora do Programa de Pós-graduação da Faculdade de direito da UFRGS, coordenadora do Observatório de Violência e Juventude (CNPQ/UFRGS), membro da rede de investigadores do Centro Ibero-Americano de Derechos de La Niñez (CIDENI), cujo objetivo foi explorar o escopo do trabalho desenvolvido pelo CIDENI ao longo dos anos.

O documento “Normas Comuns para a Ibero-América sobre Determinação e Revisão Judicial de Sanções Penais para Adolescentes”, elaborado por Gonzalo Berríos Díaz, Myriam Cabrera Martín, Miguel Cillero Bruñol, Sofía Cobo Téllez, Jaime Couso Salas, Iván Meini Méndez, Karyna Batista Sposato, Carlos Tiffer Sotomayor e Luis Vial Recabarren, pesquisadores do CIDENI, tem por objetivo expor a metodologia de trabalho e participantes do Projeto, bem como suas fases de desenvolvimento.

O guia "Determinação da Sanção Penal de Adolescentes na América Latina: Princípios, Padrões e Práticas" (Primeira Parte), de Jaime Couso Salas, Professor Titular e Decano da Faculdade de Direito da Universidade Diego Portales, apresenta uma análise comparativa dos sistemas de determinação de sanções penais para adolescentes em 18 países da América Latina, identificando fotos problemáticos e busca por boas práticas. Couso Salas também é o responsável pelo artigo “Proporcionalidade da Sanção Penal de Adolescentes na Jurisprudência e Recomendações Europeias. Um Olhar a Partir das Normas Comuns Para A Ibero-América”, trabalho até então inédito, que pretende examinar em que medida a doutrina contida na jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos referente à proporcionalidade da sanção penal dos adolescentes, bem como nas recomendações que o Conselho da Europa e o Conselho Econômico e Social da União Europeia formularam sobre a matéria, está em harmonia com aquela das Normas Comuns.

Na mesma toada, nas “Notas sobre a determinação de sanções penais juvenis na norma internacional”, de Miguel Cillero Bruñol, professor da Universidade Diego Portales (Chile), são revisados os critérios contidos na norma internacional, objetivando, assim, contribuir com a definição do marco legal e do processo de individualização judicial da sanção, aplicada a adolescentes condenados segundo a legislação especial penal juvenil.

No campo do direito comparado, Álvaro Castro Morales, Professor da Faculdade de Direito da Universidade do Chile, investiga os marcos regulatórios e a jurisprudência sobre jovens infratores em vários países da América Latina em sua “Análise comparada: pessoas adolescentes privadas de liberdade na América Latina na norma e padrões jurisprudenciais”. Por sua vez, Sofía M. Cobo Téllez, Doutora em Direito (U. Autônoma de Tlaxcala) e professora competitiva da Universidade Nacional Autônoma do México, propõe em “Análise Comparada: Adolescentes Privados de Liberdade na América Latina na Prática” uma reflexão a respeito das práticas institucionais em matéria de regime fechado (medidas de sanção privativas de liberdade e detenção preventiva) dos adolescentes privados de liberdade em oito países da região (Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Espanha, Guatemala, México e Peru).

Cobo Téllez também é coautora, junto à Editora Executiva da Cadernos e Doutoranda em Direito do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFRGS, Carolina de Menezes Cardoso Pellegrini, do artigo “Gênero e adolescentes em conflito com a lei: práticas comparativas entre Brasil e México”, cujo objetivo é analisar a justiça juvenil a partir de uma perspectiva de gênero nesses dois países.

Ao final, Karyna Batista Sposato, Professora Adjunta do Departamento de Direito da Universidade Federal de Sergipe (UFS), busca, no artigo “Determinação e revisão de sanções penais para adolescentes no Brasil”, analisar o chamado “modelo garantista” sob a perspectiva do sistema de justiça juvenil brasileiro.

Agradecendo a confiança do CIDENI e seus membros e membras tão qualificados, temos o prazer de publicar mais este número do periódico *Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito*. Desejamos a todos e todas uma boa leitura!

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2023



Prof. Dr. Fábio Costa Morosini
Editor-Chefe

Doutoranda Carolina de
Menezes Cardoso Pellegrini
Editora-Colaboradora

Doutorando Matheus Gobatto
Leichtweis
Editor-Colaborador

Mestre Guilherme Stefan
Editor-Colaborador

Mestra Victória Hoff da Cunha
Editora-Colaboradora

Mestranda Elisa Piva Corrêa
Editora-Colaboradora

DOI: 10.22456/2317-8558.137208